

Desenvolvimento moral na perspectiva de uma educação cristocêntrica

Cadernos de
Pós-Graduação
em Distúrbios do
Desenvolvimento

Cristiane Baia de Assis

*Aluna do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em
Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie*

RESUMO

Este trabalho procura fazer uma comparação entre as teorias de desenvolvimento moral infantil com a que foi desenvolvida na Bíblia pelo povo de Deus. A questão de uma escola cristã entra como pano-de-fundo facilitador do desenvolvimento de uma moral com valores cristãos, os quais por sua vez, devem ter sido estabelecidos pelos pais, pois são estes os primordiais responsáveis pelo estabelecimento de valores e condutas morais na vida de seus filhos.

Palavras-chave: Desenvolvimento moral. Educação cristã. Escola.

A minha proposta de trabalho nasce de uma vivência tanto profissional, quanto pessoal, baseada na perspectiva de uma educação cristã. Assim, estarei relacionando as teorias do desenvolvimento moral e como esta questão foi trabalhada na Bíblia na formação do povo de Deus.

A primeira coisa a fazer, portanto, é definir o que seja uma educação verdadeiramente cristã e quais as suas características e conseqüências na vida e formação das crianças.

O presente trabalho é por demais conciso para explicar detalhadamente o que seria uma escola, na qual a educação cristã se faz presente. Portanto, para facilitar a compreensão de meu ponto de vista, estarei dizendo apenas que uma escola verdadeiramente cristã utiliza a Bíblia como única regra de fé e prática. Isso quer dizer que todos os princípios de conduta e relacionamentos são baseados nas Escrituras, que são aprendidas, manejadas e trabalhadas em sala de aula pelos professores. Todos os



MACKENZIE

conhecimentos científicos são trazidos à luz da Palavra de Deus e as crianças, desde pequenas, aprendem a amar, respeitar e temer ao Deus soberano. Para que tal tarefa seja realizada, apenas professores também cristãos e que estejam de acordo com a filosofia da escola devem fazer parte do corpo docente, pois são estes que, por estarem sempre em contato com as crianças, transmitem os ideais da escola.

Quando se fala de desenvolvimento moral, a primeira questão que surge é a da autoridade e, com isso, a formulação de regras, o conceito de justiça e ações morais.

Piaget (1994) relatou que a obediência, na primeira infância, surge da afeição ao adulto e por causa da afeição, o respeito e o medo resultam assim na obediência. Portanto, obedece-se por respeito a quem fez as regras ou a quem elas se referem, e não simplesmente pela própria regra, a não ser que esta esteja traduzida como juízo de responsabilidade moral, uma vez que as regras forem compreendidas.

Piaget (1994) e Kohlberg (1994) estruturaram uma teoria de desenvolvimento moral baseada na justiça e na obediência a regras e leis. Como para as meninas a base da formação da moralidade não está baseada no cumprimento de regras em um raciocínio lógico-matemático, estas foram vistas como “menos morais” ou até retardadas no desenvolvimento moral. Gilligan (1993) formulou uma tese, influenciada pelos seus valores feministas, de que as meninas não eram menos morais que os meninos e sim, que tinham uma concepção de moralidade diferente, baseada na preocupação e no cuidado.

Gilligan (1993) diferenciou os aspectos da moralidade masculina baseada na justiça e cumprimentos de regras, dos aspectos da moralidade feminina, surgindo assim dois tipos de moralidade, o que para autores como La Taille (2002) e Araújo (1999) já foi um grande avanço.

Entretanto, Araújo (1999) vem defender uma teoria moral mais abrangente, que contemplasse o sujeito em suas instâncias biológicas, cognitivas, afetivas e sócio-culturais. Utilizando a idéia de Blasi (apud ARAÚJO, 1999) do *self model of moral behavior*, Araújo propõe o fim da dicotomia entre o Juízo, representado pela razão, e a Ação Moral, representada pelos sentimentos, o que já havia sido comentado por Piaget (1994), quando este afirmou que a afetividade e a cognição são indissociáveis. Como diz um dos nossos ditados populares, “na prática, a teoria é outra”.

Se olharmos a história do povo de Deus no Velho Testamento e sua progressão até o Novo, veremos que a relação dos Israelitas para com Deus era primeiramente de amor e agradecimento, o que resultava em respeito e medo, razão pela qual eles obedeciam. No decorrer da Bíblia, esta relação de amor, respeito e medo de Deus para com o homem está sempre presente (Gênesis 2:16-17; Deuteronômio 6:5-9; Êxodos 12; Salmos 19:7; Neemias 10:29). Portanto, obedecemos a Deus porque o amamos e o tememos, e este amor é refletido no respeito que temos pela sua palavra, simplesmente pelo fato de ser Sua. Está aqui um conceito amplo de moralidade, que autores como Araújo (1999) se esforçaram em formular, sem muito êxito. O conceito de moral, estabelecido por Deus para o seu povo, abrange não somente os âmbitos da



justiça e do cuidado, como também o afetivo, cognitivo, biológico, sócio-cultural e com a adição, aqui, do espiritual, tão fundamental, mas tão facilmente esquecido. Trata-se de uma concepção tão ampla, que transcende a questão de tempo e as diferenças culturais. Deus por ser o criador da raça humana, conhece tão perfeitamente sua criatura que desenvolveu processos para a aquisição de valores morais necessários para o bom convívio com seus semelhantes, sem se esquecer de que o homem é um ser afetivo/emocional. Vemos isso em Romanos 13:10b, quando o apóstolo Paulo afirma que “De sorte que o cumprimento da lei é o amor” e no reconhecimento da perfeição da lei do Senhor pelo salmista David, nos Salmos 19:7 e 199:39.

Da mesma forma, na educação cristã, sendo o professor o modelo principal, deve-se cultivar nas crianças o relacionamento com Deus, que promoverá o amor a Ele e conseqüentemente, o respeito e a obediência tanto a Deus, quanto aos semelhantes. As crianças, portanto, devem obedecer por amor e respeito, primeiramente a Deus e depois aos pais e professores.

Entretanto, surge uma questão aqui, de como e quando uma criança começa a obedecer autonomamente.

Segundo Piaget (1994), a criança, desde o seu nascimento, desenvolve um sistema de regras e limites, imposto pelos pais como a hora de comer, dormir, trocar fraldas. É a partir daí, desde a mais tenra idade, que a criança vai desenvolvendo noções de regras e limites. Surgem, então, os reguladores da moral, uma vez que a criança começa a socializar com o meio.

Quando pequenas, as crianças aceitam as imposições feitas pelos pais e outros adultos e, à medida que elas vão crescendo, estes princípios são internalizados, fazendo-as, então, agir por conta própria dentro daqueles princípios preestabelecidos, agora compreendendo as regras, não mais por coerção e sim por estarem convictas de que o que lhes foi ensinado, em amor, é a melhor opção. A partir da compreensão das regras e de seus efeitos é que questões como vergonha e culpa entram na discussão a respeito do conceito de moralidade.

A segunda possibilidade é a de que nunca seremos autônomos nesta questão e como o apóstolo Paulo relata na sua carta aos Romanos, estaremos sempre lutando contra nossa própria carne e desejos, uma luta interna constante até o final dos nossos dias. Isto é tão reconhecido na Bíblia, que em Provérbios 9:17, o salmista diz que o pão roubado é mais doce.

Dentro deste pensamento, portanto, só nos privaremos do mal quando a possibilidade de sermos punidos foi iminente, ou quando a consequência deste esteja visível aos nossos olhos. As regras, entretanto, devem fazer sentido e serem razoáveis, para facilitar a compreensão e o cumprimento delas mesmo quando a relação de afetividade não esteja presente, ou quando o efetivador da regra não seja respeitado como tal.

Machado de Assis, em seu “Conto de Escola” (apud ARAÚJO, 1999), relata o conflito moral de um menino na escola. A criança ponderava entre aceitar o suborno, ajudando o amigo, e obedecer ao professor. Como o professor era uma figura má e tirana, o menino aceitou o suborno e, após ser punido, ao invés de ficar com vergonha



da sua atitude, ficou com raiva do professor e só se arrependeu de não poder ter ficado com a moeda de prata. Na verdade, o conflito de Raimundo era entre ganhar uma moeda e a punição iminente. Como ele pensava que o professor não estava vendo, escolheu a primeira opção.

Neste conto, podemos analisar o fato de que a escola, para aqueles alunos, era um lugar injusto, em primeiro lugar, e o professor era o “mantenedor da injustiça”. Portanto, sem relacionamento afetivo com o efetivador da regra, conseqüentemente, sem o respeito a esta figura e sem a compreensão das regras, o medo da punição se torna a única consideração a se fazer. E se o punidor não estiver presente, facilmente as regras serão quebradas.

Outro conceito interessante na formação de valores morais e éticos é a preocupação com as virtudes e as qualidades. Ser moral significa ser bom, respeitado, herói, mesmo que nem todos os grandes homens, tão respeitados pelas suas ações morais, tivessem uma vida impecavelmente livre da imoralidade. Como escreve La Taille (2002, p. 48), “o juízo moral não determina o lugar que a moralidade ocupa na vida de uma pessoa”. Obviamente, virtudes e qualidades irão variar de sociedade para sociedade e de indivíduo para indivíduo, de acordo com o que for valorizado por aquele grupo social. Os nossos valores, juntamente com os nossos interesses, são os que regem nossas ações e nossas escolhas.

Surge assim, a importância de cultivarmos, em nossas escolas, a apreciação a valores e qualidades dignos, assim como exemplos destes. A Bíblia está cheia de personagens modelos para as nossas vidas e principalmente em uma escola cristã, estas virtudes devem ser bem trabalhadas.

Os pais são modelos na vida da criança, pois é na família que a primeira socialização acontece. Portanto, é com os pais, desde pequenas, que as crianças aprendem a cumprir regras, as qualidades socialmente valorizadas e os seus limites. A responsabilidade é, na verdade, dos pais. Entretanto, por causa das diversas impossibilidades da vida moderna, parte desta tarefa pode ser designada para escola, a qual deve ajudar a família a manter os valores e princípios já estabelecidos. É importante que a família tenha isso claro nas suas relações com seus filhos, pois é dessa forma que eles desenvolverão sua identidade, tanto individual, quanto grupal. A família precisa ter uma identidade. No Velho Testamento, principalmente no livro de Êxodo, vemos como Deus se preocupava com a identidade do seu povo, que mesmo estando no deserto, não podia jamais se esquecer de quem era e para onde ia.

Faz-se pertinente citar aqui a importância dos rituais, como fortalecedores e preservadores da identidade social e, conseqüentemente, individual. Os rituais têm a função de manter valores estabelecidos como importantes para uma família, ou um grupo social (FIAMENGHI, 2002). A família deve estabelecer alguns rituais, sejam eles de celebração, libertação e transformação, para que os valores sejam repassados e reconhecidos por todos os membros, além de estreitar relacionamentos afetivos.

Na Bíblia, vemos com muita freqüência a preocupação de Deus em estabelecer rituais que permitissem ao seu povo a preservação de valores e hábitos saudáveis.



Principalmente no Velho Testamento, Deus estabeleceu inúmeros rituais para que o povo não se esquecesse da bondade e da grandiosidade do Deus ao qual eles serviam, assim como da promessa de que viria um redentor, o Messias. Outros tinham a função de apenas estabelecer bons hábitos de higiene e/ou convivência entre eles.

Remetendo-nos agora para a realidade de uma educação cristã, vemos que a escola cristã tem como razão primeira cooperar com a família, haja vista que à luz da Bíblia, a função de educar é primordialmente dos pais e, por isso, a escola deve ser um apoio aos pais, auxiliando-os a preservar os valores julgados importantes para eles.

A escola não deve e nem tem condições de realizar tarefa tão importante na vida de todas as crianças. É na família que se devem aprender os valores morais. A escola deve ser parceira da família, coadjuvante, nunca a atriz principal.

Se a família não cumprir com seu papel, ninguém mais poderá cumpri-lo. Como resultado disso, teremos adultos inseguros, sem noção de identidade, com dificuldades de formarem vínculos com outras pessoas, só por não compreenderem quem são, de onde vieram, quais os seus valores e crenças.

No final das contas, é isso que somos. Somos o produto de nossas crenças, nossos valores, desejos e da nossa família.

Moral development on a christocentric education perspective

ABSTRACT

In this essay, the author compares theories on child moral development with the one seen in the Bible on the growth of God's people. The issue regarding a Christian School appears in the text as the background that will facilitate a moral development with Christian standers, which should be established by the parents. They are the prime responsible to build in their child's life moral values that they will need to live by, in order to recognize it's identity in the world.

Keywords: Moral development. Christian education. School.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. *Conto de escola: a vergonha como regulador moral*. Campinas, SP: Unicamp: Moderna, 1999.

FIAMENGHI, G. A. Rituais familiares: alternativas para a re-união das famílias. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 25-31, 2002.

GILLIGAN, C. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1993.



MACKENZIE

THE HOLY BIBLE: new international version. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 1989.

KOHLBERG, L. The development of modes of moral thinking and choice in the years 10 to 16. In: PUKA, B. *Moral development: compendium*. New York: Garland Publishers, 1994. v. 3.

LA TAILLE, Y. *Vergonha, a ferida moral*. Petrópolis: Vozes, 2002.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.

